



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1017984-73.2017.8.26.0037**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Compromisso**
 Requerente: **Edite de Jesus Calixto**
 Requerido: **Thaís de Oliveira**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **João Roberto Casali da Silva**

Vistos.

-

EDITE DE JESUS CALIXTO ajuizou ação (nominada) de **OBRIGAÇÃO DE FAZER c.c. FIXAÇÃO DE MULTA DIÁRIA** contra **THAÍS DE OLIVEIRA**, alegando, em resumo, que firmou com a acionada instrumento particular de cessão de uso e de direitos sobre o veículo descrito na inicial, tendo cumprido com todas as obrigações constantes da avença. Afirma, contudo, que a acionada se recusa a assinar o documento de transferência do bem. Pleiteia a condenação da requerida na obrigação de fazer consistente na assinatura do referido documento de transferência, bem como de qualquer outro necessário à concretização da venda, assim como, seja-lhe aplicada multa por eventual descumprimento.

Citada, a acionada apresentou defesa, rebatendo a postulação inicial. Aduz que a autora descumpriu com os termos contratuais, razão pela qual a acionada ajuizou ação de rescisão contratual c/c reintegração de posse, a qual foi julgada procedente, tendo, inclusive, transitado em julgado, sendo que, por tal motivo, não há mais nada que se discutir com relação ao contrato rescindido.

Breve é o relatório.

DECIDO.

Julgo este processo no estado em que se encontra por não haver necessidade de produção de outras provas.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Pelos fundamentos da ação judicial precedente, **defiro** à requerida os benefícios da justiça gratuita. Anote-se e observe-se. Mesmo não categorizada adequadamente, já há procuração da requerida nos autos (pág.62).

A acionada discordou da modificação do pedido (pág.196). **Inadmito**, portanto, o aditamento pretendido pela autora (art. 329, II, do Código de Processo Civil).

No mais, este processo deve ser extinto, acolhendo-se a defesa processual.

Dispõe o artigo 508, do Código de Processo Civil:

"Transitada em julgado a decisão de mérito, considerar-se-ão deduzidas e repelidas todas as alegações e as defesas que a parte poderia opor tanto ao acolhimento quanto à rejeição do pedido".

Busca a autora a condenação da acionada na obrigação de fazer consistente na assinatura de documento de transferência de veículo, tendo por base cessão de uso e de direitos firmada entre as partes. Ocorre que a avença foi objeto de discussão nos autos nº 1014970-81.2017.8.26.0037, que teve trâmite perante este juízo, em que foi reconhecida procedência do pedido lá apresentado (págs. 83/84), e rescindido o contrato, com imissão da acionada na posse do bem, medida esta, inclusive, devidamente efetivada (págs. 99/100).

Aquele processo correu à revelia da ora autora. Apesar da citação providenciada naquele processo, a ora autora não se interessou em apresentar defesa naquele processo precedente, não apresentando qualquer esclarecimento ao juízo (pág. 77).

Ora, com a extinção daquele processo, com julgamento do mérito, incabível que a discussão acerca de eventual descumprimento contratual seja reaberta nestes autos.

Assim sendo, é de relembrar-se a eficácia preclusiva da coisa julgada que *"impede que se infirme o resultado a que se chegou em processo anterior, com decisão transita, ainda que a ação repetida seja outra, mas que por via oblíqua desrespeita o julgado anterior"* (Recurso Especial 1.152.174, da 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, Relator Ministro Luiz Fux, j., 03.02.2011,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

in Código de Processo Civil e legislação processual em vigor, Theotonio Negrão e outros, 47ª edição, 2016, pág.541).

Portanto, a rescisão contratual é questão acobertada pela coisa julgada, mostrando-se inviável que se estabeleça, nesta nova ação judicial, conclusão contrária ou até mesmo incompatível, a ensejar a pretendida obrigação de fazer que, por isso, mostra-se indevida.

Isso posto **JULGO EXTINTO** este processo apresentado por **EDITE DE JESUS CALIXTO** contra **THAÍS DE OLIVEIRA**, sem resolução do mérito, acolhendo a arguição de coisa julgada, o que faço com fundamento no artigo 485, V, do Código de Processo Civil. Sucumbente, responderá a autora pelas custas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% do valor da causa, atualizado, cuja cobrança far-se-á, na forma prevista no artigo 98, § 3º, do Código de Processo Civil.

P.R.I.

Araraquara, 04 de outubro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**